



INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR “PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA
NEVES”

RAFAELA DE SOUSA GODDI

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA UMA GESTÃO EFICAZ
DAS FINANÇAS PESSOAIS NO BRASIL**

SÃO JOÃO DEL - REI
2013

RAFAELA DE SOUSA GODDI

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA UMA GESTÃO EFICAZ
DAS FINANÇAS PESSOAIS NO BRASIL**

Monografia apresentada ao curso de Administração do Instituto de Ensino Superior “Presidente Tancredo de Almeida Neves” – IPTAN – como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Administração, sob a orientação do Prof. Msc. Leonardo Henrique de Almeida e Silva

SÃO JOÃO DEL - REI
2013

RAFAELA DE SOUSA GODDI

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA UMA GESTÃO EFICAZ
DAS FINANÇAS PESSOAIS NO BRASIL**

Monografia apresentada ao curso de
Administração do Instituto de Ensino Superior
“Presidente Tancredo de Almeida Neves” –
IPTAN – como requisito parcial à obtenção do
Título de Bacharel em Administração.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador: Prof. Msc. Leonardo Henrique de Almeida e Silva

Prof. Esp. Everton Alain de Melo

Prof^a. Esp. Romana Toussaint de Paula

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que me concedeu a vida, e me faz feliz por Suas bênçãos a cada dia.

Ao meu orientador pelas sugestões, dedicação e pela parceria.

Agradeço aos meus pais pelos ensinamentos e conselhos, pelo amparo e apoio em buscar sempre o melhor caminho.

Agradeço também ao meu namorado pelo companheirismo, apoio e incentivo em lutar constantemente pelos meus sonhos e objetivos.

Aos meus irmãos e a todos meus familiares e amigos que torceram, se preocuparam e confiaram em mim.

Por fim, a todos os professores e colegas de classe pela amizade, companheirismo e trocas de aprendizagem nestes anos juntos.

Dedico este trabalho a Deus que me concedeu a vida e me abençoa a cada dia. A todos que de alguma forma me apoiaram, torceram e acreditaram em mim durante todo o curso e na execução desta pesquisa. E a todos aqueles que se interessam pelo tema educação financeira e queiram aprimorar seus conhecimentos através deste trabalho.

RESUMO

Estar informado acerca dos desafios e oportunidades existentes no mercado financeiro é algo de grande importância para lidar com as finanças pessoais. É por meio do conhecimento financeiro que os consumidores se tornam mais instruídos para adquirir produtos que condizem com suas reais necessidades, conhecem as vantagens de investir, se planejam para consumir e não ultrapassar a renda, evitando recorrer a empréstimos, além de contribuir para um sistema financeiro mais sólido e eficiente. A educação financeira se mostra uma adequada ferramenta para uma administração eficaz das finanças, que orienta as pessoas quanto à melhor forma de lidar com o dinheiro. Dessa forma, este trabalho abordará conceitos sobre alguns dados econômicos, alguns aspectos que influenciam a gestão das finanças pessoais e sobre o tema educação financeira. Através deste contexto será possível perceber como estar informado financeiramente afeta de modo positivo a relação com as próprias finanças.

Palavras-chave: mercado financeiro; educação financeira; finanças pessoais.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Mudanças nos hábitos de consumo.....	18
QUADRO 2 - Características na oferta de crédito	21

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Resultados da segunda etapa do projeto piloto nas escolas	40
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Direcionamento dos recursos	39
GRÁFICO 2 - Esfera do consumo.....	39

LISTA DE SIGLAS

BC – Banco Central

Bovespa – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo

CDB – Certificado de Depósito Bancário

COREMEC – Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CDC – Crédito direto ao consumidor

Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira

FGV – Fundação Getúlio Vargas

Fipe/USP – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

IOF – Imposto sobre Operações Financeiras

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

ICV – Dieese – Índice de Custo de Vida

IPC-Fipe – Índice de Preços ao Consumidor

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado

IPA – Índice de Preços por Atacado

IGP – Índice Geral de Preços

IGPM – Índice Geral de Preços no Mercado

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

PU – Preços Unitários

PIS – Programa de Integração Social

RDB – Recibo de Depósito Bancário

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O PANORAMA DA ECONOMIA BRASILEIRA NA ATUALIDADE	13
1.1 Conceitos e Definições de termos essenciais da economia.....	13
1.1.2 Inflação	14
1.1.3 Taxa Selic	16
1.1.4 Consumo.....	17
1.1.5 Dados da inadimplência no Brasil	19
1.1.6 Desemprego	22
2 ASPECTOS QUE INFLUENCIAM A GESTÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS	24
2.1 Conceito de finanças e finanças pessoais	24
2.2 Políticas governamentais de incentivo ao crédito	26
2.3 Tipos de empréstimos.....	27
2.4 As melhores opções de investimentos	29
2.5 Planejamento financeiro e aposentadoria	32
3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA	
DAS FINANÇAS PESSOAIS.....	34
3.1 Conceito de educação financeira	34
3.2 A importância da educação financeira	35
3.3 Legislação sobre educação financeira no Brasil	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

Administrar de forma eficiente as próprias finanças inclui um conhecimento das mesmas bem como disciplina e organização. Para isso, deve-se estar atento aos desafios existentes no panorama econômico atual e, de um modo geral, àqueles aspectos que influenciam diretamente na gestão das finanças pessoais.

Dessa forma, a educação financeira tem um papel de extrema relevância como ferramenta estratégica para uma gestão eficaz das finanças pessoais. Através dela é possível não só administrar melhor as finanças, mas também estar preparado para lidar com os desafios financeiros e saber aproveitar as oportunidades de investimento que o mercado oferece.

Desta maneira, este estudo tem o seguinte problema de pesquisa: qual a importância da educação financeira para uma gestão eficaz das finanças pessoais no Brasil?

O tema do trabalho apresenta relevância, principalmente nos âmbitos social e econômico. Para muitas pessoas lidar com as próprias finanças se torna um desafio, haja vista que dificuldades financeiras podem causar intranquilidade, *stress*, preocupação, entre outros fatores que podem interferir no relacionamento com a sociedade e na vida profissional. Além de afetar a vida pessoal, uma gestão ineficaz das finanças pessoais reflete na economia de todo o país, como exemplo, nos altos índices de inadimplência que trazem riscos às micro e pequenas empresas.

Tendo em vista a pouca abordagem atribuída ao tema pelas escolas e faculdades, aliada ao propósito de minimizar os problemas anteriormente expostos, faz-se importante a pesquisa para se conhecer e aprender a lidar com as finanças, bem como saber utilizá-las de forma eficaz. Isto justifica a relevância do trabalho que trará maiores conhecimentos aos interessados no assunto a fim de contribuir para a disseminação de novos estudos nessa área e uma melhor compreensão relacionada ao tema.

Este trabalho tem como objetivo geral identificar qual a importância da educação financeira para uma gestão eficaz das finanças pessoais no Brasil. E através dos objetivos específicos definir o conceito de finanças e finanças pessoais; identificar as características da economia brasileira na atualidade, analisando dados econômicos, tais como inflação, desemprego, inadimplência, dentre outros; analisar

aspectos que influenciam a gestão das finanças pessoais, tais como políticas governamentais de incentivo ao crédito, tipos de empréstimos, melhores opções de investimentos, planejamento financeiro e aposentadoria e demonstrar como a educação financeira se torna uma ferramenta estratégica para administrar as finanças pessoais.

A realização deste trabalho se constituirá em uma pesquisa bibliográfica, ou seja, as consultas serão feitas em livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos, sites especializados, revistas e diversas publicações sobre gestão das finanças pessoais, educação financeira, economia brasileira contemporânea e áreas afins. O intuito da consulta bibliográfica consiste em definir conceitos e fazer análises a respeito dos dados econômicos no Brasil. A partir do estudo serão demonstradas as vantagens da educação financeira para uma gestão eficaz das finanças pessoais e os desafios que são encontrados ao gerir as finanças em um cenário de incertezas e consumismo.

O primeiro capítulo apresentará um panorama da economia nacional. Dessa forma, serão explorados dados econômicos que influenciam diretamente na gestão das finanças pessoais, tais como inflação, índice de desemprego, taxa selic e inadimplência.

No segundo capítulo serão expostos conceitos e definições de finanças e finanças pessoais, além de fatores que impactam na administração das finanças, como tipos de empréstimos e investimentos, políticas governamentais de incentivo ao crédito e planejamento financeiro para adquirir a aposentadoria.

O terceiro e último capítulo abordará o tema educação financeira; para isso, será apresentado seu conceito, analisada a sua importância tanto para os indivíduos quanto para a sociedade e, por fim, será abordada a legislação sobre educação financeira no Brasil.

1 O PANORAMA DA ECONOMIA BRASILEIRA NA ATUALIDADE

Questões econômicas a respeito de inflação, índices de desemprego, taxa Selic, por exemplo, geram dúvidas e esclarecê-las pode ser uma vantagem em muitas tomadas de decisões, principalmente financeiras. Por isso, estar informado sobre os problemas e desafios da economia brasileira, é algo de grande importância. Economia é definida por Vasconcellos e Garcia (2010, p. 2) da seguinte forma:

Economia é a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem (escolhem) empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas.

De acordo com o site Vida e Dinheiro (2013, p.32), os conceitos econômicos se dividem em dois: microeconômico, que abrange os consumidores e poupadores, e macroeconômico, referente a todo o universo da economia.

No primeiro plano, a empresa e o consumidor analisam qual o preço e a quantidade de determinado bem ou serviço em mercados específicos, ou seja, estuda o funcionamento da oferta e da demanda na formação do preço no mercado. Já na macroeconomia, o enfoque é no comportamento da economia como um todo. (VASCONCELLOS e GARCIA, 2010, p. 37).

Diante do exposto, percebe-se como estar inteirado com conceitos econômicos e o com o panorama da economia na atualidade, pode influenciar de forma positiva em tomadas de decisões mais seguras e conscientes.

1.1 Conceitos e definições de termos essenciais da economia

A seguir serão apresentados conceitos sobre temas essenciais da economia, tais como inflação, taxa selic, consumo, inadimplência e desemprego.

1.1.2 Inflação

A inflação é um fator bastante preocupante não só para os economistas, mas também para toda a população, e pode trazer graves problemas para a economia de um país, se não houver um controle sobre a mesma. De acordo com Lanzana (2005, p.18), a inflação tem sido um dos temas mais discutidos dentro das análises sobre a economia brasileira. Para ele, as causas da inflação diferem entre países e, mesmo num dado país, diferem no tempo, tratando-se dessa forma, de um tema de difícil abordagem.

Para entendê-la melhor, deve-se partir do seu conceito dado por Vasconcellos e Garcia (2010, p.223):

[...] aumento contínuo e generalizado no índice de preços, ou seja, os movimentos inflacionários são aumentos contínuos de preços, e não podem ser confundidos com altas esporádicas de preços. O aumento de um bem ou serviço em particular não constitui inflação, que ocorre apenas quando um aumento generalizado, da maioria dos bens e serviços.

Pode-se complementar a definição de inflação com o que diz Hoji (2010, p.49):

[...] aumento generalizado de preços, que provoca a redução do poder aquisitivo da moeda, isto é, com a mesma quantidade de unidade monetária (dinheiro), passa-se a comprar menos quantidade de produtos e serviços. [...] Quando o período de altas taxas de inflação for longo, ocorre o desalinhamento dos preços relativos, isto é, os preços de determinados produtos e serviços aumentam mais do que os preços de outros produtos e serviços.

De acordo com Lanzana (2005, p.112), há vários indicadores da inflação no Brasil. Alguns medem a evolução dos preços no nível do consumidor, outros medem o comportamento dos preços no atacado. O período de coleta também varia, bem como a região de cobertura do indicador e a abrangência, em termos de orçamento familiar. O autor expõe os principais indicadores de preços utilizados na economia brasileira:

a) Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA): este índice é utilizado na correção de balanços e demonstrações financeiras trimestrais e semestrais das

companhias abertas. A instituição responsável pelo IPCA é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC): ele é usado como balizador de reajustes salariais, tendo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como instituição responsável.

c) Índice de Preços ao Consumidor (IPC-Fipe): ele é utilizado em reajustes de contratos, deflacionamento de salários e utilização generalizada. A Fipe compara as últimas quatro semanas em relação às quatro semanas anteriores. Tem como instituição responsável a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (Fipe/USP).

d) Índice de Custo de Vida (ICV-Dieese): é utilizado em acordos salariais e deflacionamento de séries salariais. A Instituição responsável é o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

e) Índice Geral de Preços (IGP): a Fundação Getúlio Vargas (FGV) é responsável por este índice, na qual é utilizado em contratos. O IGP é uma composição de três outros índices: Índice de Preços por Atacado, Índice de Preços ao Consumidor e Índice Nacional da Construção Civil.

f) Índice Geral de Preços no Mercado (IGPM): a Fundação Getúlio Vargas (FGV) também é responsável pelo IGPM, este é usado em contratos.

g) Índice de Preços por Atacado (IPA): é utilizado em contratos e tem a Fundação Getúlio Vargas como Instituição responsável.

De acordo com Gremaud *et al*, (2008, p.97) levando em consideração as causas, existem dois tipos de inflação: a inflação de demanda e a inflação de custos. A primeira acontece pelo excesso de demanda em relação à produção disponível, dessa forma o aumento da demanda não é acompanhado pela oferta. Para o autor, esse tipo de inflação é mais provável quanto mais próximo estiver-se do pleno emprego. Já a inflação de custos, ou inflação de oferta, é decorrente do aumento de custos das empresas repassados para preços, que pode ser por um aumento no preço das matérias-primas e insumos, aumentos salariais, elevação nas taxas de juros, dentre outros.

Altas taxas de inflação causam vários problemas, sendo os principais sobre a distribuição de renda, pois o poder aquisitivo das classes baixas diminui; às exportações nacionais, pois o preço do produto nacional aumenta havendo menos venda ao exterior; às expectativas dos empresários e o planejamento empresarial e

as perspectivas positivas sobre o futuro. Lanzana (2005, p.17) destaca que a experiência mundial demonstra que países que não obtiveram um razoável controle sobre as taxas de inflação não conseguiram promover, de forma sustentada, o crescimento da produção de bens e serviços.

1.1.3 Taxa Selic

Para se combater a inflação de demanda no Brasil uma das principais formas utilizadas é a taxa Selic, que é a taxa básica de juros da economia brasileira. Lanzana (2005, p. 64) define taxa Selic da seguinte forma: “É a taxa que regula diárias com títulos públicos. É utilizada como taxa básica da economia e fixada mensalmente pelo Comitê de Política Monetária, o Copom.”

Também é definida por Fortuna (2008, p. 131):

É a taxa de referência do mercado, e que regula as operações diárias com títulos públicos federais, pois é a sua média diária que reajusta diariamente os preços unitários (PU) dos títulos públicos. Representa a taxa pela qual o BC compra e vende títulos públicos federais ao fazer sua política monetária. É determinada nas reuniões periódicas do Copom.

De acordo com Paiva (2013, s.p.), de um modo simples, a taxa Selic é utilizada pelo Banco Central para controlar a inflação.

Uma das formas de atuação da taxa Selic é sobre a aquisição ou venda de títulos públicos, na qual será analisada a seguir. Quando a taxa básica de juros é reduzida, os investimentos em aquisição de títulos públicos tornam-se menos atrativos à população, fazendo com que estes tenham maiores sobras de dinheiro, ocasionando o aumento do consumo. Dessa forma, os preços tendem a subir, havendo o processo inflacionário da moeda. (PAIVA, 2013, s.p.)

Em contrapartida, quando a taxa Selic é aumentada, o que se torna mais atrativa é a aquisição de títulos públicos, ou seja, o dinheiro tende a ser contido nesses tipos de aplicação. Isso faz com que não haja recursos disponíveis no mercado para o consumo. Dessa maneira, os preços serão reduzidos, podendo ocorrer a deflação. (PAIVA, 2013, s.p.)

Percebe-se como a taxa Selic é um importante instrumento para inibir ou incentivar o consumo. Dessa forma, é também um fator relevante para ser abordado ao se tratar de finanças pessoais.

1.1.4 Consumo

O consumo é um fator importante de ser analisado por estar relacionado também a outros pontos que interferem na economia do país. Alguns destes podem ser inadimplência, poupança, investimentos, planejamento financeiro, os quais serão abordados no decorrer deste trabalho.

Para Mankiw (2010, p.381), a decisão em relação ao consumo é imprescindível para a análise de longo prazo, por causa de sua participação no crescimento econômico, e no curto prazo pelo seu papel na determinação da demanda agregada.

O consumo é definido por Gremaud *et al* (2008, p. 125) como “parcela da renda destinada à aquisição de bens e serviços para a satisfação das necessidades dos indivíduos.” O autor divide o consumo agregado em consumo pessoal e consumo do governo. Aquele corresponde às aquisições voluntárias dos indivíduos; e este se refere aos bens os quais os indivíduos não adquirem voluntariamente, mas por meio do pagamento de impostos.

Domingos (2011, p. 56) afirma que como grande parte da população imagina não conseguir realizar grandes e ambiciosos sonhos, a maioria gasta além do que possui para adquirir pequenos objetos de desejo e assim, ter a sensação de estar minimamente inserida na sociedade de consumo. O mesmo autor (2011, p. 68) afirma também que para realizar os sonhos não depende de aumento de salário ou ganhar na loteria, por exemplo, mas fazer ajustes no padrão de consumo.

O autor supracitado (2011, p. 78) ressalta que as pessoas estão perdendo a noção do valor do dinheiro, principalmente pelas características do mundo consumista e imediatista atual. Há muitos produtos à venda e cada vez mais facilidade para adquiri-los, porém, muitas das vezes adquirem sem uma análise se realmente é importante ter e se não comprometerá o orçamento doméstico. Para o autor, “O consumo inconsciente é o pior inimigo do equilíbrio financeiro. Quem reflete de forma constante sobre as suas reais necessidades de consumo tende a ter uma vida financeira mais saudável”. (DOMINGOS, 2011, p. 90)

Godinho (2009, p. 27) utiliza uma tabela para demonstrar como a maioria dos brasileiros gastava e como gasta hoje em dia seu dinheiro:

Quadro 1: Mudanças nos hábitos de consumo

Meados dos anos 70	Início do século XXI
Eram obrigados a viver com o que ganhavam.	Gastam mais do que ganham e usam o limite do cheque especial como se fosse salário.
Recebiam para depois gastar.	Gastam antes de receber.
Tinham poupança (mesmo que pequena).	Possuem dívidas no banco.
Planejavam compras a prazo com cautela e normalmente guardavam o dinheiro para depois comprar à vista.	Compram sem planejamento, por impulso, têm diversos carnês, crediários e empréstimos.

Fonte: Adaptado de Godinho (2009, p.27).

Pode-se dizer, conforme Gremaud *et al* (2008, p. 127), que o nível de consumo depende da renda.

Quanto maior for a renda, maior tende a ser o consumo. A essa relação Keynes chamou, na *Teoria geral*, de Lei Psicológica Fundamental: os indivíduos aumentam o consumo conforme a renda aumenta, mas não na mesma magnitude, pois ocorre também um aumento da poupança.

Para Gremaud *et al* (2008, p.128), “segundo o senso geral, os pobres praticamente consomem o que ganham (renda), enquanto os ricos conseguem poupar parte do que ganham.” Keynes (*apud* GREMAUD *et al*, 2008, p.128) cita que os indivíduos com maiores rendas consomem mais, porém a taxa de poupança também é maior.

Para o autor, pessoas que possuem uma riqueza acumulada que lhe dêem garantias em relação ao futuro, tendem a consumir mais. Ele diz ainda que a taxa de juros reflete o preço do consumo hoje em termos de consumo futuro. Dessa forma, ele explica que se os juros forem maiores hoje será muito mais atraente adiar o consumo e poupar. (GREMAUD *et al*, 2008, p.129)

Apesar de algumas teorias, como as citadas anteriormente por Gremaud, mostrarem que as pessoas reservam parte de suas rendas para a poupança, a realidade muitas vezes é contraditória, e os números apontam para uma grande parte da população inadimplente.

Segundo uma pesquisa global realizada pela Nielsen, divulgada em uma reportagem da revista Isto É (2013, s.p.), o consumidor brasileiro é o quinto mais otimista do mundo. Este otimismo é revelado pela disposição para gastar. Para especialistas, o Brasil está perto de atingir um grau de satisfação em que, mais do que se preocupar em pagar as contas, o que move as pessoas são os planos de consumo imediatos ou para o futuro. É mostrado que o consumo no Brasil é grande em produtos e serviços sofisticados, e que estes fazem com que todas as classes sociais comprem ainda mais.

Com base nas informações acima, pode-se notar que o consumo não deve ser criticado, e não deve ser implantada a ideia de que é preciso abolir o consumo e poupar toda renda de um indivíduo ou de uma família. Consumir é indispensável para sobrevivência de cada um, é uma atitude corriqueira e necessária ao aquecimento da economia de qualquer país.

Neste contexto ressalta-se então que mais importante ainda é ter consciência ao consumir, nesse momento a educação financeira e o planejamento financeiro assumem um papel de extrema importância, pois através deles as pessoas se tornam mais instruídas para fazerem as melhores escolhas de consumo, poupança e investimento.

1.1.5 Dados da inadimplência no Brasil

Outro fator que interfere diretamente na economia nacional é o alto índice de inadimplência. De acordo com Berlatto *et al* (2011, p.99), é considerada inadimplente, a pessoa que não tem condições de pagar todas as suas despesas e que o atraso das contas supere o prazo de um mês.

Meio a tantas influências de propaganda, os consumidores se vêem estimulados ao consumo. Este incentivo é provocado por meio do marketing, que segundo Kotler (2005, p.6), “é um processo societal por meio do qual indivíduos e grupos obtêm aquilo de que necessitam e que desejam com a criação, a oferta e a livre negociação de produtos e serviços”, dessa forma o marketing elabora

estratégias para informar, persuadir e lembrar as pessoas sobre determinado bem ou serviço. Como ressalta o autor supracitado, “o ideal é que o marketing deixe o cliente pronto para comprar.” (KOTLER, 2005, p. 6) Com base nos conceitos expostos, pode-se dizer que o consumidor adquire muitas vezes desnecessariamente um produto, e ainda sem fazer um planejamento, podendo comprometer suas finanças, e tornando-se inadimplente.

Em uma pesquisa feita pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) divulgada em fevereiro de 2013, foi apontado que 85% dos brasileiros compram por impulso, ou seja, sem planejamento. Para o estudo foram ouvidos 646 consumidores, no qual ansiedade e insatisfação com a aparência foram as principais causas que ocasionam a compra por impulso. Segundo a avaliação do SPC as compras sem controle servem como uma recompensa emocional para esses consumidores. A economista do SPC, Ana Paula Bastos, destaca que, “Na busca pelo prazer imediato ou para exibir um estilo de vida que não condiz com a própria renda, o comprador se alivia momentaneamente, sem se importar com o futuro do próprio bolso”. (SPC Brasil, 2013, s.p.)

Na pesquisa foi mostrado que 37% dos consumidores entrevistados só analisam se a parcela cabe no bolso, e não avaliam as taxas de juros existentes no financiamento. Como disse Ana Paula, essa atitude é mais acentuada nas classes C e D, pois não estão acostumados a lidar com o crédito e nem fazer compras de valores maiores.

De acordo com o SPC Brasil (2013, s.p.), 42% dos entrevistados gastam tudo o que ganham e não conseguem poupar, e 30% dos consumidores não conseguiriam manter o padrão de vida nem por um mês, caso perdessem totalmente as fontes de rendimentos.

A pesquisa também revelou que 74% dos brasileiros não possuem qualquer tipo de investimentos como a poupança. Isso mostra a falta de conhecimento sobre como e onde investir as próprias finanças.

A economista finaliza, “apesar de a pesquisa apontar que 72% dos entrevistados se consideram aptos a fazer a administração das finanças de casa, o que se percebe é que o brasileiro não tem noções básicas de orçamento doméstico e não sabe lidar com o próprio dinheiro”. (SPC Brasil, 2013, s.p.)

A seguir alguns números relacionados ao comprometimento da renda dos brasileiros com dívidas, retirados da revista Veja (2012, p.66):

23% da renda mensal das famílias brasileiras, em média, está comprometida com o pagamento de dívidas, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

10% da renda das famílias americanas está na mesma situação. Entre os fatores que contribuem para o maior endividamento do brasileiro em relação ao americano estão os juros altos e a falta de planejamento financeiro.

50% mais brasileiros contraíram empréstimos superiores a 5000 reais no ano passado em comparação com 2009. Atualmente, cerca de 40% dos lares acumulam dívidas acima desse valor.

46% do orçamento das famílias da classe C está amarrado a dívidas, segundo estudo da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor. Esse é o grupo mais endividado do país.

De acordo com Godinho (2009, p.24) o perfil do endividado, há cerca de 15 anos, era caracterizado por desequilíbrios financeiros decorrentes de uma nova realidade e responsabilidades, como por exemplo homens e mulheres, casados há poucos anos e com filhos pequenos. Para ela, atualmente não existe um perfil definido do endividado, mas sim uma variedade de idades, graus de escolaridade e salários. “O que diferencia uma pessoa endividada de outra é o salário e o tamanho da dívida,” complementa a autora.

A tabela abaixo apresenta as mudanças na oferta de crédito, que afetaram a crise financeira pessoal, de acordo com a autora supracitada:

Quadro 2: Características na oferta de crédito

Meados dos anos 70	Início do século XXI
A maioria dos brasileiros não possuía cartão de crédito e cheque especial.	Grande parte dos brasileiros possui cartão de crédito (até mais do que um) e cheque especial.
Os bancos focavam os investidores e correntistas que possuíam contas “gordas”, esses tinham acesso ao crédito.	O banco percebeu que o grande nicho de mercado lucrativo é o trabalhador que compromete seu salário com produtos e serviços. Os bancos nunca lucraram tanto.
O acesso a empréstimos era mais restrito e exigente.	Bancos e financeiras disputam a tapa o cliente, principalmente no empréstimo consignado (descontado em folha de pagamento).

Prazos de financiamentos eram mais curtos.	Prazos de financiamento a perder de vista.
Pouquíssimos comerciantes aceitavam cheques pré-datados.	Muitos comerciantes aceitam pré-datado.

Fonte: Adaptado de Godinho (2009, p.26).

1.1.6 Desemprego

Para aqueles que não possuem uma reserva financeira, seja em poupança ou investimentos, perder o emprego significa redução do padrão de vida. Para prevenir-se contra uma situação como esta, torna-se necessário um planejamento de modo a evitar desequilíbrios financeiros, em casos de desemprego. Desempregado é considerado por Gremaud *et al* (2008, p. 84) como “todo aquele maior de 10 anos, que procura emprego, mas não o encontra.”

Segundo Wessels (1998, p. 80) existem três tipos de desempregos: friccional, estrutural e cíclico. O primeiro é resultante do funcionamento normal de uma economia. Ocorre porque trabalhadores saem do emprego para encontrar outro melhor; empregadores demitem funcionários; os consumidores deixam de comprar certos produtos e passam a comprar outros, o que diminui os empregos em certos setores e aumenta em outros, e o avanço tecnológico substitui trabalhadores tornando desnecessária a especialização de alguns funcionários.

De acordo com o autor supracitado, o segundo tipo de desemprego ocorre se as causas citadas anteriormente, onde os consumidores deixam de comprar certos produtos e a influência da tecnologia, afetar seriamente algumas indústrias e ocupações, de modo que apenas a um custo muito alto os trabalhadores podem ser recolocados.

Para Wessels (1998, p. 80), o desemprego cíclico ocorre devido às oscilações da economia. Quando a economia está em pleno emprego, isso significa que não há desemprego cíclico. Entretanto, tanto o desemprego friccional quanto o estrutural podem existir e existem quando a economia está em pleno emprego.

Domingos (2011, p.77) afirma que a cultura do brasileiro é marcada por um descaso com o futuro. Ele diz ainda que no mínimo 90% da população vive apenas o momento presente, presa no imediatismo e não consegue programar-se para um futuro saudável financeiramente. Dessa forma, o autor faz uma provocação que toca

a maioria das pessoas com relação a falta de reserva financeira: “Se a partir de hoje eu não tivesse mais o meu ganho mensal, por quanto tempo conseguiria manter meu padrão de vida?” (DOMINGOS, 2011, p.76)

Através dos conceitos expostos, pode-se afirmar que o desemprego é um dos vários fatores que acarretam a inadimplência. Isso ocorre por este fator muitas vezes estar vinculado a uma situação inesperada. Dessa forma, com uma dívida contraída e a ocorrência do imprevisto, o consumidor pode se tornar inadimplente.

Como em muitas das vezes o desemprego não é uma atitude voluntária, há uma grande necessidade de manter um controle financeiro, a fim de estar preparado para enfrentar eventos casuais. É importante destacar que existem outros fatos que podem ocorrer inesperadamente em momentos de emprego ou não, que também fortalecem a necessidade de estar financeiramente prevenido, como em casos de acidentes ou doenças.

Além de estar informado a respeito da economia brasileira, outro fator importante para ter sucesso financeiro é conhecer alguns aspectos que podem influenciar a gestão das finanças pessoais, os quais serão abordados com maiores detalhes no próximo capítulo.

2 ASPECTOS QUE INFLUENCIAM A GESTÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS

Para gerir adequadamente as finanças pessoais não é necessário planilhas extensas e cálculos complicados. A tarefa é bem mais simples: gastar menos do que recebe. De acordo com Toledo (2012, p. 71) se os gastos superam as receitas, há dois caminhos a seguir: aumentar os ganhos, ou diminuir os gastos.

Há dois pontos importantes na gestão das finanças pessoais, além de possuir o conhecimento sobre finanças, é necessário também ter disciplina. A junção destes dois fatores evitará empréstimos sem análise prévia a respeito dos juros envolvidos ou do melhor prazo, facilitando o controle dos gastos a fim de formar uma poupança que permitirá investir de maneira consciente e eficaz. Educar-se financeiramente possibilita uma maior autonomia e confiança ao lidar com as próprias finanças, e ainda prepara as pessoas para aproveitar as oportunidades que o mercado oferece. (TOLEDO, 2012, p. 26)

Existem vários fatores que influenciam a gestão das finanças pessoais, dentre eles, organização, definição de prioridades, disciplina em controlar o próprio dinheiro, oscilações de juros, oportunidades do mercado e outros aspectos que serão abordados a seguir.

2.1 Conceito de finanças e finanças pessoais

É comum ouvir em jornais e reportagens assuntos relacionados a taxas de juros, investimentos e diversos outros temas ligados a finanças, porém nem sempre é fácil entendê-los. Gitman (2004, p. 4) afirma que “a área de finanças é ampla e dinâmica. Afeta diretamente a vida de todas as pessoas e organizações.”

Lidar com as finanças inclui a forma como o dinheiro é alocado no presente, como ele é gasto e investido e a preocupação em haver uma sustentabilidade financeira ao longo do tempo. Gitman (2004, p. 4) define finanças como “a arte e a ciência da gestão do dinheiro” e complementa:

Praticamente todos os indivíduos e organizações recebem ou levantam, gastam ou investem dinheiro. A área de finanças preocupa-se com os processos, as instituições, os mercados e os instrumentos associados à transferência de dinheiro entre indivíduos, empresas e órgãos governamentais.

Administrar as finanças mostra-se uma tarefa bastante desafiadora. Isso acontece pelo fato de grande parte das pessoas terem dificuldades em controlar seus ganhos e na forma como ele é utilizado, ou seja, gerir o próprio dinheiro.

De acordo com Domingos (2011, p. 23), o crescimento econômico sustentável que se espera do Brasil depende de uma revolução na educação formal, na qual ele acrescenta a necessidade de instruir a população no que se refere à administração do dinheiro.

Para Gitman (2004, p. 4), “muitas pessoas poderão se beneficiar da compreensão do campo de finanças, pois lhes permitirá tomar melhores decisões financeiras pessoais.”

Finanças pessoais é um assunto tratado com menor importância que outros temas. Isso pode ser percebido na maioria das escolas nas quais não incluem educação financeira na grande curricular. Mesmo em ensinos superiores, em cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia, por exemplo, os discentes se tornam capazes de analisar a economia do país, ou ainda, aprendem a gerir e a lidar com complicadas demonstrações financeiras de uma organização, mas antes de tudo isso não aprendem a avaliar melhor suas próprias finanças, das quais conviverão com desafios diariamente e precisarão tomar decisões como as relacionadas a investimento. Para corroborar, Martins (2004, p. 56) expõe:

A omissão da escola em relação a noções de comércio, de economia, de impostos e de finanças tem uma consequência perversa: a maioria das pessoas, quando adulta, continua ignorando esses assuntos e segue sem instrução financeira e sem habilidade para manejar dinheiro. As consequências se tornam mais graves se levarmos em conta que ninguém, qualquer que seja a sua profissão, está livre dos problemas ligados ao mundo do dinheiro e dos impostos.

E os problemas com o orçamento doméstico começam a surgir pela falta de instrução financeira. Sem instrução e conhecimento adequados a consequência não é animadora, pessoas gastam mais do que ganham, gastam antes de ganhar e não guardam parte do que recebem. O autor supracitado afirma ainda que o normal seria que famílias do mesmo tamanho e com o mesmo nível de renda mensal tivessem padrão de vida e situação financeira semelhantes. Mas não é isso que acontece,

apesar de assemelharem-se, é comum que os padrões de consumo e as condições financeiras sejam bem diferentes. (MARTINS, 2004, p. 89)

Dessa forma, conhecer os fundamentos das finanças pessoais determinará desde atitudes simples como evitar gastar com supérfluos até mesmo decisões mais cautelosas, como atingir a independência financeira. De acordo como Domingos (2011, p. 43), é preciso aprender a viver de acordo com o que ganha, e se há muitas dívidas, é provável que esteja vivendo fora do padrão de vida; é preciso manter um nível sustentável, que permita estar em posição de poupador, e não de devedor.

Pessoas que possuem um conhecimento sobre finanças têm mais estabilidade financeira permitindo realizar investimentos lucrativos, evitam gastos desnecessários, gastam menos que suas receitas e possuem disciplina para traçar e alcançar metas. De acordo com Frankenberg (1999, p.39 *apud* BITENCOURT, 2004, p.48) “poupar com sabedoria, investindo com segurança e supervisionando regularmente os ganhos e, gastar com prudência, distinguindo o essencial do supérfluo, é o lema dos vencedores.”

Com base nos conceitos expostos, percebe-se que possuir conhecimento financeiro pessoal é algo de extrema importância. Entender melhor os conceitos econômicos tornará mais clara a sua aplicação no âmbito pessoal como em momentos de poupar, investir e analisar gastos.

2.2 Políticas governamentais de incentivo ao crédito

Sabe-se que consumo, empréstimos e investimentos afetam a economia de um país. Dessa maneira o governo atua sobre a quantidade de moeda e títulos públicos existentes, a chamada política monetária. De acordo com Lanzana (2005, p. 21), o governo pode aumentar ou diminuir o dinheiro que circula na economia, pode aumentar ou diminuir a capacidade de concessão de empréstimos por parte dos bancos e pode também atuar sobre as taxas de juros quando vende ou compra seus títulos no mercado.

A seguir serão apresentadas algumas medidas tomadas pelo governo Dilma Rousseff no final de 2011 e início de 2012, de acordo com a revista Exame (2011, s.p.), para que houvesse incentivo ao consumo:

- a) Redução do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras): sobre investimentos externos em ações em ofertas iniciais e no mercado secundário; nas aplicações de estrangeiros em títulos privados - como debêntures e no crédito para pessoa física.
- b) IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) menor: para a linha branca, foram anunciadas reduções válidas até 31 de março de 2012. A desoneração na linha branca vale apenas para equipamentos com o maior patamar de eficiência energética, de classe A. Também foi reduzido o IPI da palha de aço e a alíquota do papel sintético, usado na impressão de livros e periódicos.
- c) Construção Civil: por meio de Medida Provisória, o governo aumentou de 75 mil para 85 mil reais o valor dos imóveis a serem classificados como populares.
- d) PIS/Cofins menor para alimentos: o governo reduziu o PIS/Cofins das massas, válido até 30 de junho de 2012. E foi prorrogada até 31 de dezembro de 2012 a desoneração de PIS/Cofins do trigo, farinha de trigo e pão.
- e) Regulamentação do reintegra: por meio de decreto, o governo regulamentou o programa Reintegra, que prevê a devolução de impostos equivalentes a até 3 por cento das receitas de exportadores de produtos industrializados.

Além dos cortes dos juros básicos da economia, houve também reduções das taxas de juros praticadas pelos bancos, conduzido pelo Banco Central desde agosto de 2011. Dessa forma, as instituições financeiras reduziram os juros bancários de pessoas físicas, e a taxa média geral recuou também. Nos dois casos os juros bancários caíram mais do que a taxa básica da economia. (G1, 2012, s.p.)

Apesar da redução de juros ser positiva para estimular o consumo, esta atitude do governo poderá ocasionar impactos negativos para o consumidor. Não haverá consequências se o acesso mais fácil ao crédito for usado para auxiliar em investimentos ou aquisições calculadas, em contrapartida, se usado sem análises, poderá ocasionar endividamentos.

2.3 Tipos de empréstimos

Existem várias modalidades de empréstimos e financiamentos, mas sempre que possível, é melhor evitá-los, como diz Hoji (2012, p. 107) “existem empréstimos e financiamentos apropriados para cada situação. A melhor alternativa de financiamento é não precisar dela, mas, quando isso não é possível, deve-se escolher a melhor alternativa entre as disponíveis.”

A melhor atitude é ter sempre uma reserva financeira, para que em eventuais acontecimentos inesperados, a opção não seja o empréstimo mais fácil e rápido, pois na maioria das vezes eles possuem altas taxas de juros. É necessário avaliar sempre as condições do empréstimo, principalmente os juros envolvidos, e analisar se as prestações estarão dentro do orçamento familiar. De acordo com Toledo (2012, p. 111) “toda e qualquer linha de crédito deve ser utilizada de forma consciente e racional, considerando a relação custo-benefício e o reflexo que causará na sua renda mensal.”

Hoji (2012, p.111) apresenta as principais características das modalidades de empréstimos e financiamentos dirigidos a pessoas físicas, listadas a seguir:

- a) Crédito direto ao consumidor (CDC): financiamento concedido por bancos ou financeiras, para compra de bens e serviços. O empréstimo feito por bancos é geralmente mais barato do que o empréstimo feito por financeiras;
- b) Empréstimo pessoal – bancos: empréstimo feito por bancos a seus clientes com taxa de juros menor do que a do cheque especial;
- c) Financiamento direto do comércio: algumas grandes redes de lojas mantêm seus próprios departamentos de crédito para concedê-los a seus clientes, através de cartão de crédito, carnê de pagamentos ou cheques pré-datados;
- d) Cheque especial: concedidos por bancos, é um limite de crédito pré-aprovado, dessa forma, é de fácil acesso, porém é o mais caro que existe. Por isso devem ser utilizados somente em casos urgentes e por poucos dias. Se houver a necessidade de um prazo maior para o empréstimo, é mais vantajoso negociar um crédito pessoal;
- e) Empréstimo pessoal – financeiras: é uma modalidade de empréstimo fácil de conseguir e pode ser amortizada em várias prestações. Mas as financeiras cobram uma das mais altas taxas de juros, por assumir grande risco de inadimplência;
- f) Cartão de crédito: as faturas das compras efetuadas por meio de cartões de crédito devem ser liquidadas totalmente, pois as administradoras de cartão possuem altas taxas de juros;
- g) Empréstimo consignado: empréstimo feito por meio de débito em folha de pagamento de empresas onde o cliente trabalha, por isso, o risco de inadimplência é menor e a taxa é uma das mais baixas entre as praticadas por instituições financeiras;

h) Leasing: é operado por sociedades de arrendamento mercantil, sob a supervisão do Banco Central. Não é um empréstimo, mas é uma espécie de financiamento de longo prazo, com opção de compra ao final do contrato. A taxa é baixa, além de haver alguns benefícios fiscais.

A ausência de um planejamento financeiro pode levar as pessoas a contraírem mais de um empréstimo. Além disso, fazê-lo sem um conhecimento adequado, e com uma grande necessidade do dinheiro, fará com que não haja uma análise da melhor e menos onerosa opção. A escolha poderá ser voltada para o tipo de empréstimo mais fácil e como foi exposto anteriormente, crédito fácil são os que possuem as mais altas taxas de juros.

2.4 As melhores opções de investimentos

Além de ter um conhecimento sobre finanças e ajustar gastos e despesas, é necessário poupar regularmente, e fazer da poupança um investimento que poderá transformar-se em uma fonte de renda complementar. O primeiro desafio das finanças pessoais está em gastar menos do que recebe e o segundo em investir corretamente. Hoji (2011, p.93) define investimento como: “aplicação de dinheiro em títulos, ações, imóveis, maquinários etc., com o propósito de obter ganho (lucro).”

Para investir da melhor forma, é necessário conhecer as opções de investimentos, analisar o perfil como investidor e ter um objetivo claro para definir o tipo de aplicação adequada ao tempo. Cerbasi (2004, p. 121) ressalta que decisões inteligentes são tomadas quando o investidor sabe em que está aplicando, os riscos oferecidos, que situações geram ganhos e quais geram perdas e, principalmente, quais são as alternativas mais rentáveis do mercado.

A tranquilidade financeira será obtida se houver a capacidade de aumentar as finanças através do que foi poupado, isso significa trabalhar com os juros a favor, como acontece em um simples investimento em poupança, por exemplo, mostrando-se dessa forma, a vantagem de investir. Para Cerbasi (2004, p. 120), investir é o caminho da garantia ou da melhoria no futuro daquilo que se construiu até o momento. É possível alcançar um padrão de vida bastante superior ao atual se for usado quatro fatores fundamentais: tempo, dinheiro, decisões inteligentes e juros compostos.

Para Toledo (2012, p. 115), existem três tipos de perfis de investidor:

- 1- Conservador: prefere não correr risco de perdas de capital, dessa forma, não almeja grandes rentabilidades;
- 2- Moderado: aceita flutuações de preços, desde que haja perspectivas de ganhos moderados;
- 3- Arrojado: aceita correr riscos em investimentos de resultado incerto, mas tem foco em lucros elevados;

Como dito anteriormente, além de saber qual o perfil como investidor é necessário definir o tempo que o investimento ficará aplicado, ou ainda, qual o tempo necessário para a realização do objetivo definido. Para a autora supracitada (2012, p. 15) curto prazo se refere a um período menor que dois anos, médio prazo, entre três e cinco anos e longo prazo, acima de cinco anos.

Além disso, Toledo (2012, p. 116) mostra a importância de analisar o investimento quanto ao risco, ou seja, a incerteza da rentabilidade, acrescentando que quanto maior o risco maior a rentabilidade; avaliar a liquidez – tempo gasto para transformar o investimento em dinheiro; a rentabilidade real – quanto receberá pela aplicação após descontar impostos e taxas; saber quais impostos incidem sobre os rendimentos ou sobre o valor total do investimento; analisar o prazo necessário para obter o retorno desejado, e, por fim, estar informado sobre o valor mínimo para aplicação e para movimentação.

Existem no mercado aplicações de renda fixa e renda variável, a primeira é definida da seguinte forma: “a Renda Fixa é uma aplicação na qual o investidor compra títulos de bancos, empresas ou do governo e recebe uma rentabilidade que pode ser determinada já no momento da aplicação. A rentabilidade será o valor da aplicação, mais os juros pelo período em que o dinheiro ficar investido.” (BRASIL GOV, 2013?, s.p.)

A seguir, as aplicações de renda fixa mais comuns de acordo com Hoji (2011, p. 95):

- a) Certificado de Depósito Bancário (CDB): é um título emitido por instituição financeira, por prazo determinado, com taxa prefixada ou pós-fixada. O nível de risco deste tipo de investimento é baixo e o perfil de investidor é conservador;
- b) Recibo de Depósito Bancário (RDB): é um título semelhante ao CDB, com o mesmo nível de risco e perfil de investidor;
- c) Caderneta de Poupança: é o mais popular dos investimentos, possui baixo risco sendo indicado para investidores conservadores;

- d) Fundos de renda fixa: são fundos de investimentos administrados por instituições financeiras especializadas, como um banco, e para isso cobram uma taxa de administração. As carteiras de ativos dos fundos são compostas por CDBs, títulos de dívida pública, debêntures etc. É indicado a investidores conservadores por possuir baixo risco;
- e) Fundos DI: assemelham-se aos fundos de renda fixa;
- f) Títulos da dívida pública: são títulos emitidos pelos governos para financiar a dívida pública.

Ainda de acordo com o autor, as aplicações de renda variável mais comuns são:

- a) Ações: são títulos representativos do capital das companhias (sociedades anônimas) de capital aberto, significa adquirir parte do capital de uma empresa. Este tipo de investimento é indicado a investidores arrojados ou moderados. No curto prazo representa um risco alto e no longo prazo moderado;
- b) Ouro: o preço do ouro acompanha a cotação internacional e é negociável em bolsas de valores. Seu risco é alto por isso é indicado a investidores arrojados;
- c) Fundos de renda variável: existem fundos com finalidades específicas – fundo de ação, fundo cambial, fundo de índices etc. (HOJI, 2011, p. 96).

Toledo (2012, p. 117) mostra algumas regras básicas para investir, tais como diversificar, ou seja, não colocar todos os recursos em um único tipo de investimento; ter disciplina para poupar e depositar mensalmente, pois o depósito contínuo e mensal rende mais do que o feito de uma única vez; estar sempre informado sobre o cenário econômico do país; analisar o tipo de investimento escolhido, seu risco e suas regras; começar a investir o mais cedo possível para não precisar depositar valores tão altos e acompanhar a situação das aplicações e, por último, ter uma cópia dos documentos da aplicação.

Por meio do que foi abordado sobre investimentos pode-se afirmar que pessoas que possuem um conhecimento sobre finanças além de terem o hábito de se planejar financeiramente, em muitas das vezes se organizam para investir o que foi poupado. A motivação em investir está na obtenção do lucro e no aumento da capacidade produtiva, pela remuneração do capital. Dessa maneira, investir é a melhor maneira de constituir uma reserva financeira a fim de prevenir contra instabilidades empregatícias, imprevistos na vida pessoal e da incerta previdência pública.

2.5 Planejamento financeiro e aposentadoria

Um adequado planejamento financeiro representa para as pessoas uma importante estratégia para um presente equilibrado e um futuro tranquilo, principalmente em relação à segurança e a qualidade de vida na aposentadoria, na qual muitos têm tempo, porém nem tantos assim têm dinheiro para aproveitar esse tempo da melhor forma possível. Não fazer um planejamento pode levar as pessoas a assumirem grandes perdas e riscos. Para Cerbasi (2004, p. 38), o planejamento financeiro tem um objetivo muito maior do que simplesmente não contrair dívidas. Mais importante do que conquistar um padrão de vida é mantê-lo, e é para isso que se deve planejar.

Gitman (2005, p.375) trata do planejamento financeiro empresarial como “um aspecto importante das operações da empresa porque fornece diretrizes para orientar, coordenar e controlar as iniciativas da empresa, de modo a atingir seus objetivos.” Através deste conceito pode-se notar que no âmbito pessoal o planejamento financeiro também é de grande importância. Para o autor, os planos financeiros das organizações podem ser de longo prazo que variam de dois a dez anos, chamados de estratégicos, e de curto prazo que abrangem um período de um a dois anos, os planos financeiros operacionais (GITMAN, 2005, p.375). Pode-se dizer que nas finanças pessoais há também os planos de curto e longo prazo e que serão assim definidos de acordo com o tipo de objetivo destinado a estes.

Para Gitman (2005, p. 2), entender finanças não só prepara as pessoas para as carreiras, mas também dá condições para tomar decisões como investidores. Independentemente de quanto tem para investir, o conhecimento de finanças pode ajudar a decidir em que tipo de investimento financeiro colocar o dinheiro, quanto deve ser investido e como os recursos devem ser distribuídos entre diferentes investimentos.

De acordo com Rodrigues (2013, s.p.), o teto máximo pago pelo INSS em 2013 é R\$ 4.157,05, dessa forma, para quem recebe mais que o teto, deve começar a poupar o mais cedo possível, para complementar a renda na aposentadoria. Toledo (2012, p. 126) cita a previdência privada como uma forma de garantir uma renda complementar no futuro. E complementa que a vantagem desse tipo de

investimento é que o Imposto de Renda¹ é recolhido somente no resgate, diferente de outros fundos de investimentos que são descontados mensalmente.

Segundo a autora, para decidir qual é o melhor plano de previdência privada, deve ser levada em consideração algumas variáveis como: idade atual e data que almeja aposentar; valor mensal disponível; tipo de plano mais adequado e o risco que está disposto a correr. (TOLEDO, 2012, p. 128)

De acordo com uma matéria da revista Veja (2001, s.p.), os consultores alertam que não se deve resgatar o dinheiro da previdência privada diante da primeira emergência. Isso se dá pelo risco de haver prejuízo para quem faz a retirada depois de poucos meses de contribuição, pois no saque do capital há desconto do imposto de renda. O investimento só vale a pena se o capital for mantido por longo prazo. É ressaltado ainda que, um plano de previdência tem a finalidade específica de possibilitar que o padrão de vida seja mantido depois da aposentadoria.

Percebe-se que para haver uma aposentadoria segura e tranquila é necessário que haja primeiro um planejamento financeiro. Este ocorrendo de forma eficaz e o quanto antes trará resultados bastante positivos, permitindo uma vida financeira mais saudável a fim de solucionar eventuais imprevistos com mais segurança e sabedoria. Para obter um planejamento financeiro eficiente com resultados como os descritos anteriormente, uma boa estratégia é adquirir educação financeira, a qual será definida e estudada no terceiro e último capítulo.

¹ O imposto de renda recai sobre qualquer lucro ou renda superiores a R\$ 12.696,00 em salário ou outras fontes de rendimentos obtidos anualmente. (SANTANA, 2013, s.p.)

3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA DAS FINANÇAS PESSOAIS

A educação financeira tem um papel de grande importância na gestão das finanças pessoais. Compreendê-la significa estar mais preparado para lidar com o orçamento doméstico, consumindo de forma compatível com a renda familiar, tendo um conhecimento do cenário econômico e aproveitando as oportunidades de investimento oferecidas pelo mercado.

Segundo Oliveira (1999, p.27), a estratégia é o caminho, maneira ou ação estabelecida e adequada para alcançar os resultados representados por seus objetivos, desafios e metas. E, segundo Chandler (1962, p. 13 *apud* OLIVEIRA, 1999, p. 27), estratégia é determinar metas e objetivos a longo prazo e adotar linhas de ação e aplicar os recursos necessários para alcançar essas metas.

3.1 Conceito de educação financeira

Foi exposto durante esta pesquisa que para se ter uma gestão eficaz das finanças pessoais é necessário estar informado sobre o cenário econômico atual e aos fatores que atuam sobre este, além de entender os aspectos que influenciam a gestão das finanças pessoais. Além destes fatores será abordado o tema educação financeira destacando sua relevância para a administração financeira pessoal. Educação financeira é definida por Pereira (2001, p. 199 *apud* BITENCOURT, 2004, p.46) da seguinte forma:

Educação Financeira é o processo de desenvolvimento da capacidade integral do ser humano de viver bem, física, emocional, intelectual, social e espiritualmente. Educação Financeira não é apenas o conhecimento do mercado financeiro com todos os seus jargões, produtos, taxas e riscos, mas esse conhecimento faz parte do processo. Essa é uma forma de estar aberto ao processo constante de aprendizagem, com a alegria da descoberta, para ir atualizando a própria vida. É conhecer fontes de informação, como sites, chats, fóruns via internet, jornais, livros, revistas, consultorias e acessá-las sempre que precisar.

Segundo o Centro de Produções Técnicas (2013, s.p.), a educação financeira é um tema transdisciplinar, no qual se discutem termos essenciais em

relação às finanças, a importância do dinheiro, como administrá-lo eficazmente e como consumir de forma consciente. Além disso, a educação financeira demonstra ainda as consequências do consumo sobre o meio ambiente e sobre as gerações futuras, reforçando a ética e a responsabilidade social que estão envolvidas no ganho e no uso do dinheiro. Ela ainda auxilia na formação de jovens capazes de poupar e de planejar seus gastos, criando assim uma mentalidade adequada e saudável em relação ao dinheiro.

Através dos conceitos expostos, é possível notar como possuir e entender sobre educação financeira é importante. Sua relação com outras variáveis, tais como ética e responsabilidade social, é fundamental para uma sociedade mais desenvolvida e consciente não só no âmbito financeiro, mas também no social e ambiental.

3.2 A importância da educação financeira

Através dos conceitos expostos no item anterior, percebe-se a importância que a educação financeira representa tanto para os indivíduos quanto para o sistema financeiro, refletindo em toda a sociedade de um modo geral. Do ponto de vista de Braunstein e Welch (2002, p. 1 *apud* SAVOIA *et al* 2007, s.p.):

Participantes informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente. Consumidores conscientes demandam por produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, exigindo que os provedores financeiros criem produtos com características que melhor correspondam a essas demandas.

De acordo com o site Vida e Dinheiro (2013, s.p.), além da educação financeira ter sido sempre importante para auxiliar as pessoas a planejar e gerir sua renda, nos últimos anos sua relevância é ainda maior. Isso se dá em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros, no qual estão mais sofisticados e há novos produtos com riscos e retornos que os consumidores não possuem um conhecimento de imediato, e os clientes possuem acesso a mais instrumentos bancários.

Ainda segundo o site, a variedade de instrumentos de crédito, poupança, investimento, seguro e previdência e de instituições que os oferecem, tende a

favorecer o consumidor pelo fato de permiti-lo escolher o produto que se enquadra melhor ao seu perfil. Em contrapartida, dificulta a tomada de decisão, em virtude da necessidade de analisar as características de cada opção.

Em um cenário onde os indivíduos precisam entender e dominar muitas informações, Claudino *et al* (2013, s.p.) destaca:

A importância da educação financeira, que compreende a inteligência de ler e interpretar números e assim transformá-los em informação para elaborar um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável e o futuro equilibrado nas finanças pessoais. Quando essa educação é adquirida e aprimorada, as pessoas planejam seu futuro para acumularem ativos e para terem um nível adequado de renda, além de elaborarem orçamentos compatíveis as suas capacidades financeiras. Os indivíduos financeiramente educados são importantes para o desenvolvimento da economia, uma vez que estes, geralmente, formam poupança. O governo é um agente deficitário, os recursos poupados pelas famílias representam uma importante fonte de financiamento para os setores da economia.

Segundo Savoia (2007, s.p.), quando os indivíduos aprimoram o conhecimento sobre finanças e tomam decisões com maior precisão, eles tornam-se mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando seu bem-estar.

Para Lucci *et al* (2006, p.4), a importância da educação financeira pode ser vista sob diversas perspectivas, tais como o bem estar pessoal, das quais decisões comprometerão o futuro. As consequências de decisões tomadas sem uma análise, podem ser desorganização das contas domésticas e inclusão do nome em sistemas como SPC – Serviço de Proteção ao Crédito, podendo prejudicar não só o consumo, mas até a carreira profissional. Para a mesma autora, outra perspectiva é o bem estar da sociedade, que pode trazer consequências mais graves. Em casos extremos, pode culminar no sobrecarregamento dos já precários sistemas públicos, ou ocasionar políticas públicas de correção, como o aumento de impostos e contribuições para equilibrar orçamentos deficientes de indivíduos, ou ainda o aumento da taxa básica de juros para conter consumo e diminuir taxa de inflação, além da total dependência de sistemas como SUS e INSS.

Como foi abordado no item sobre inadimplência, por meio do marketing, existem cada vez mais estímulos ao consumismo, como facilidades de aquisição de produtos por meio de parcelamentos e o uso de cartões. Dessa forma, sem

educação financeira, as pessoas ficam mais vulneráveis e consomem sem necessidade, comprometendo a renda familiar sem uma avaliação e podendo levar a complicações financeiras como a inadimplência.

Diante do que foi exposto, percebe-se o quanto a educação financeira é importante. Tendo em vista que, existem muitos produtos financeiros ofertados e sem um conhecimento adequado, as pessoas adquirem sem uma avaliação da melhor opção e mais adequada ao perfil. Dessa forma, a educação financeira mostra-se uma medida preventiva contra insucessos pessoais e consequentemente sociais. Por meio do conhecimento adquirido haverá um maior controle e domínio das finanças pessoais, que resultará em uma harmonia do ser humano no âmbito emocional, social, físico e espiritual. Além disso, sem educação financeira é mais difícil as pessoas terem o hábito de realizar um planejamento financeiro a longo prazo, e investir em poupança ou previdência privada.

3.3 Legislação sobre educação financeira no Brasil

A educação financeira mostra-se uma excelente ferramenta estratégia das finanças pessoais, pois ela auxilia no desenvolvimento de habilidades, de segurança e de consciência em relação aos riscos e oportunidades existentes no universo das finanças. Apesar de sua grande relevância, a abordagem nesta área no Brasil ainda é escassa. De acordo com o site Vida e Dinheiro (2013, p.19), o desconhecimento nesse campo não é exclusivamente brasileiro, sendo apontado, de forma unânime, por pesquisas realizadas em diversos países.

Em decorrência da necessidade de uma maior aproximação com assuntos relacionados a finanças e devido à importância da educação financeira, o governo instituiu uma estratégia para disseminá-la no país, a chamada Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF.

De acordo com o site Vida e Dinheiro (2013, s.p.), respondendo à necessidade atual da sociedade, o desenvolvimento do projeto nacional de educação financeira foi uma iniciativa das entidades e dos órgãos integrantes do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – COREMEC. Dessa forma, desenvolveram uma proposição de Estratégia Nacional de Educação Financeira, resultado de dezoito meses de pesquisa e instalado em novembro de 2007. Ela prevê a

promoção de um inventário nacional de ações e de projetos de educação financeira no país, além de uma pesquisa que mapeie o grau de conhecimento financeiro da população brasileira.

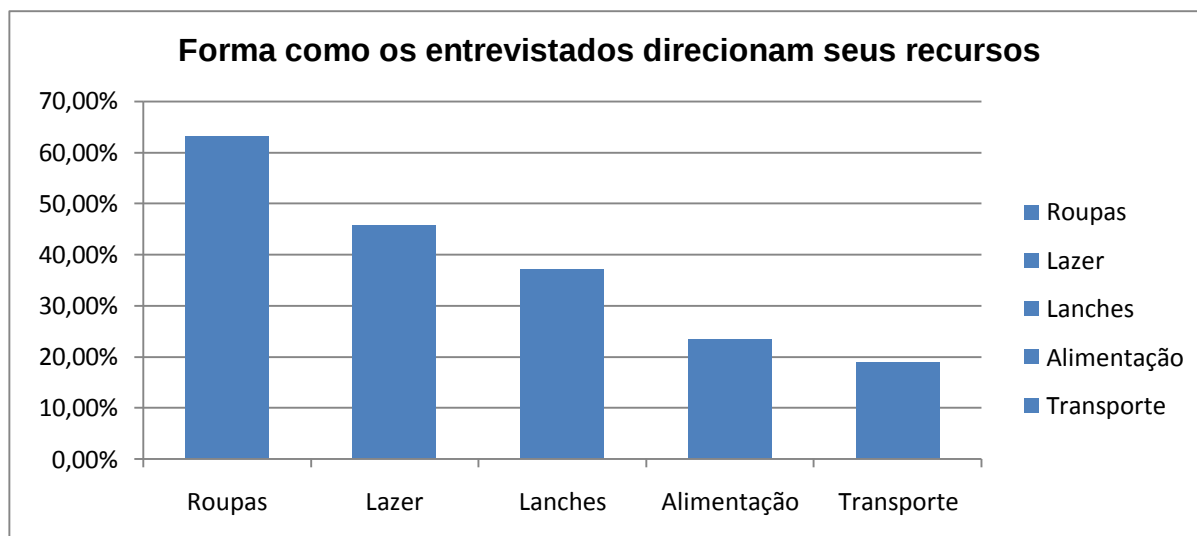
Ainda segundo o site supracitado, os principais objetivos da ENEF são: promover e fomentar a cultura de educação financeira no país; ampliar o nível de compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos e contribuir para a eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização. (VIDA E DINHEIRO, 2013, s.p.)

Além disso as diretrizes norteadoras das ações da ENEF são as seguintes: é um programa de Estado, de caráter permanente; com ações de interesse público; no âmbito nacional; a gestão é centralizada e a execução é descentralizada; havendo três níveis de atuação (informação, formação e orientação) e avaliação e revisão permanentes e periódicas (VIDA E DINHEIRO, 2013, s.p.).

Objetivando auxiliar na execução da ENEF, foi lançando, em agosto de 2008, o sítio da Estratégia (www.vidaedinheiro.gov.br), para inicialmente cadastrar ações de educação financeira, gratuitas e de conteúdo não comercial existentes no Brasil, permitindo a formação de inventário nacional (VIDA E DINHEIRO, 2013, p.3).

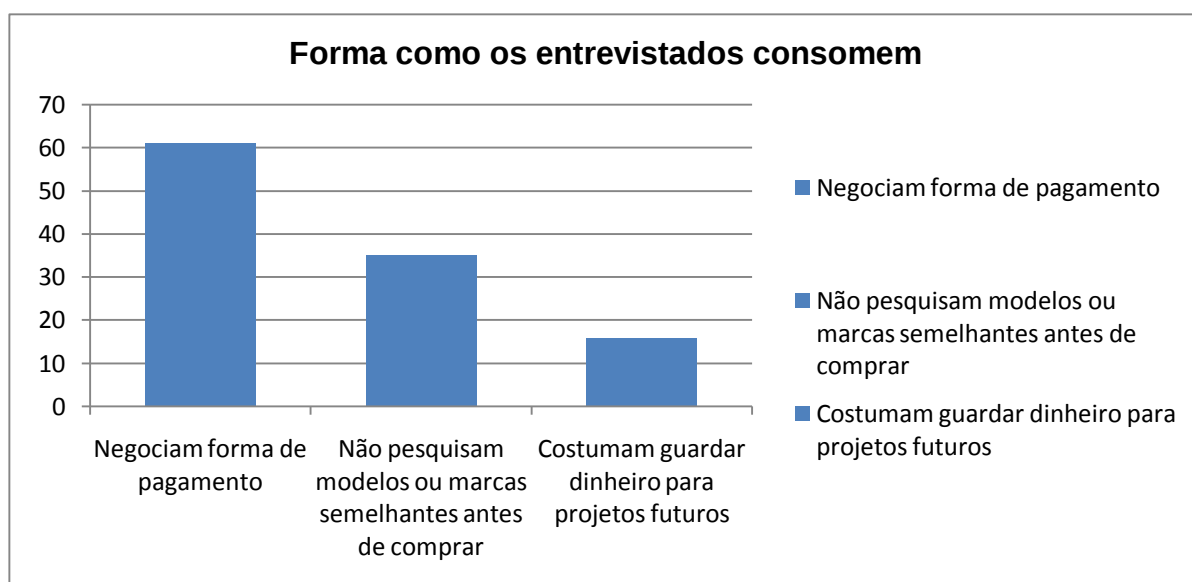
Em uma pesquisa realizada pela ENEF em 2010, foi demonstrado que a educação financeira faz a diferença na vida dos jovens. Na pesquisa foi avaliado o impacto do projeto “Educação Financeira nas escolas” dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Tocantins, Distrito Federal e Minas Gerais. (BM&FBOVESPA, 2011, s.p.)

A pesquisa foi composta por duas fases: na primeira os jovens e os pais responderam a um questionário para mensurar a percepção de conhecimento e atitudes em relação ao dinheiro. Os gráficos a seguir apresentam os resultados constatados na primeira etapa da pesquisa.

GRÁFICO 1- Direcionamento dos recursos

Fonte: Adaptado de BM&FBOVESPA (2011, s.p.),

Como se pode observar há um grande índice de consumo de roupas e considerável despesa com lanches. Com um maior conhecimento sobre educação financeira certamente haveria uma melhor distribuição dos gastos e a tendência com isso seria um menor dispêndio com supérfluos.

GRÁFICO 2- Esfera do consumo

Fonte: Adaptado de BM&FBOVESPA (2011, s.p.),

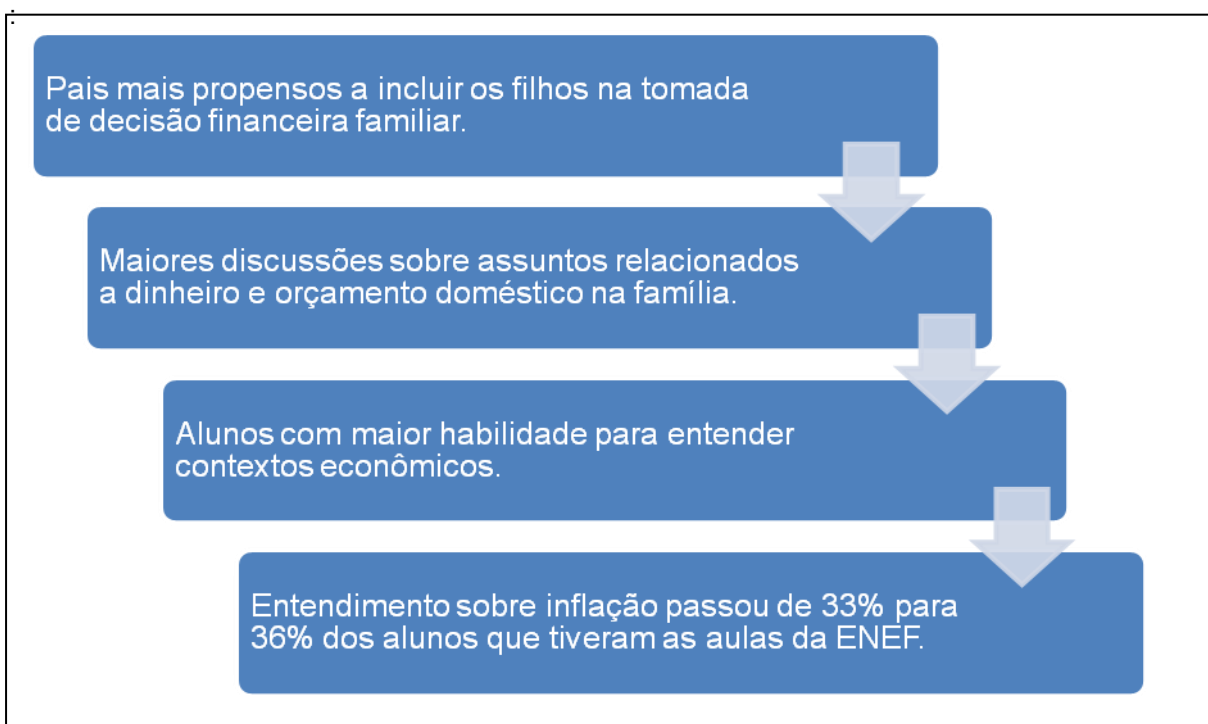
Percebe-se que uma pequena parte dos recursos é direcionada para a poupança para aplicá-la em projetos futuros e nenhuma parcela deles destinada a

outros investimentos. Com isso, pode-se confirmar o baixo nível de instrução financeira, principalmente no que se refere ao planejamento dos investimentos.

A segunda etapa introduziu nas escolas participantes o material didático e atividades da ENEF para metade dos alunos a fim de comparar resultados com os que não receberam. Quatro meses após o treinamento, o impacto dos resultados do projeto ficou comprovado.

A figura a seguir apresenta os resultados da segunda etapa do projeto.

FIGURA 1- Resultados da segunda etapa do projeto piloto nas escolas



Fonte: Adaptado de BM&FBOVESPA (2011, s.p.),

Pode-se complementar com a figura anterior a afirmação de Rogelio Marchetti, especialista sênior do Banco Mundial: “Apesar de as diferenças não serem acentuadas, estamos felizes pelos resultados, pois o Brasil foi o País onde mais se constatou o impacto da educação financeira se comparado com os demais países que passaram por esse mesmo teste”. (BM&FBOVESPA, 2011, s.p.)

Além desses resultados o estudo apontou também que obtiveram um maior nível de alfabetização financeira: estudantes do sexo feminino e alunos com melhor condição socioeconômica e com pais que atuam no setor formal da economia. Já para os alunos que repetiram pelo menos um ano escolar e que as famílias

pertencem a grupos de baixa renda, os níveis de conhecimento nesse tema ficaram menores. (BM&FBOVESPA, 2011, s.p.),

Para o site Vida e Dinheiro (2013, s.p.), “o sucesso da ENEF vai contribuir para um consumo financeiro mais responsável da população, assegurar a conscientização dos riscos assumidos pelos consumidores e reforçar a estabilidade e confiança no Sistema Financeiro Nacional.” Além disso:

A existência de maior grau de conhecimento de finanças pessoais tende promover uma maior inclusão de segmentos da população que estejam à margem do sistema financeiro, além de contribuir para a formação de poupança. A educação pode atuar diretamente nas variáveis pessoais e sociais, contribuindo para formar ou amadurecer uma cultura de planejamento de vida, capaz de permitir que a pessoa, conscientemente, possa resistir aos apelos imediatistas e planeje no longo prazo as suas decisões de consumo, poupança e investimento. (VIDA E DINHEIRO, 2013, s.p.)

Foi ressaltado ainda no site que a estratégia é o início de uma longa caminhada. E que ela deverá agregar novos parceiros e envolver toda a sociedade. E para que haja melhoria na capacitação financeira dos cidadãos o esforço deverá ser contínuo e sustentado em longo prazo. (VIDA E DINHEIRO, 2013, s.p.)

Neste contexto, a ENEF mostra-se como um grande passo na busca por nivelamento de informações e conhecimento. Mas a estratégia somente será válida se o governo não delimitar-se em meramente instituí-la, mas aliado a isso é imprescindível que o Estado torne a sociedade mais consciente da importância de estar melhor informada sobre alguns aspectos relacionados a finanças. Vale ressaltar que, a função do governo é a de orientar, e não de incitar decisões finais. Para mensurar a repercussão da ENEF, é necessário um constante apuramento e acompanhamento dos resultados através de pesquisas para analisar índices de inadimplência e de investimentos, por exemplo, e quando necessário, implantar melhorias ou mudar estratégias de divulgação da educação financeira, como realização de palestras em escolas públicas e para a sociedade, distribuição de livros e cartilhas sobre o tema e inclusão do assunto em grades curriculares de ensinos básicos e superiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lidar com as próprias finanças é algo habitual, afinal, todos compram, pagam contas, alguns usam cheques e cartões, porém para muitas pessoas essa tarefa se torna um grande desafio, traduzindo-se muitas das vezes em uma barreira na vida pessoal. Mas o que a princípio parece ser apenas um problema individual, na verdade se manifesta em outros âmbitos, tais como o familiar, o profissional e até o social. Este problema ocorre devido ao fato de muitas pessoas serem vulneráveis a facilidades de consumo, comprometendo assim o orçamento doméstico futuro.

Neste contexto, para evitar que situações como as descritas ocorram, pôde-se observar ao longo desta pesquisa que uma importante ferramenta é a educação financeira. A maioria, senão todos os autores sobre finanças pessoais pesquisados neste trabalho ressaltam que não importa o valor do salário, tampouco o quanto se tem, mas sim a forma de lidar com o dinheiro, e como administra o que possui.

Com o intuito de responder o problema de pesquisa, esta monografia não só buscou apontar a importância da educação financeira, mas também mostrou como esta é um instrumento essencial para lidar com as finanças pessoais.

Em virtude das peculiaridades do sistema financeiro, estar informado a respeito do cenário econômico e alguns conceitos referentes a este, tais como inflação e taxa selic, faz com que as pessoas fiquem mais atentas às oportunidades que o mercado oferece. Dessa maneira, analisam as taxas de juros verificando quais os melhores momentos para investir e fazer aquisições, além de saber quais as melhores opções de empréstimos, quando houver necessidade de recorrer a eles.

A educação financeira possibilita às pessoas uma maior clareza, em relação à importância de planejar-se para o futuro. Com isso, ela permite um maior índice de consumo sustentável, ou seja, consumir sem comprometer a renda atual, visando um futuro financeiro mais tranquilo.

Neste contexto, é imprescindível que haja uma sintonia da teoria com a prática, para isso é necessário aliar o conhecimento adquirido através da educação financeira com disciplina e organização para lidar com as finanças no dia-a-dia.

Consumidores mais instruídos adquirem produtos relacionados à suas necessidades e com o seu perfil e tem um maior controle de seus gastos, isso resulta em um sistema financeiro mais eficiente. O governo consciente dessa

necessidade de tornar as pessoas financeiramente mais esclarecidas, criou uma estratégia de disseminação da educação financeira no Brasil a ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira, que institui mais ações e projetos relacionados ao tema.

Essa atitude do governo de tornar mais acessível a educação financeira aos brasileiros, traz grandes perspectivas iniciais, e mostra a preocupação com alguns aspectos, tais como a inadimplência e os gastos excessivos dos consumidores. Porém, o governo não deve restringir-se somente à teoria e à implantação da estratégia, mas de forma contínua, fazer análises dos dados econômicos por meio de pesquisas e sempre que necessário realizar mais mudanças a fim de incentivar e tornar cada vez mais eficaz a gestão das finanças pessoais no Brasil.

Espera-se com a realização desta pesquisa que o interesse das pessoas nesta área aumente cada vez mais e que novos estudos voltados às finanças pessoais sejam realizados, a fim de contribuir com uma maior disseminação do tema.

REFERÊNCIAS

BERLATTO, Odir, *et al.* (2011). Principais fatores causadores da inadimplência. IN *II Seminário de Iniciação Científica Ciências Contábeis*. Disponível em: <<http://ojs.fsg.br/index.php/anaiscontabeis/article/viewFile/27/22#page=99>> Acesso em: 02 nov. 2012.

BITENCOURT, Cleusa Marli Gollo. (2004) *Finanças Pessoais versus Finanças Empresariais*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6506/000486157.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10 nov. 2012.

BM&FBOVESPA. (2011). *Pesquisa da ENEF revela que educação financeira faz diferença na vida dos jovens. Dados foram divulgados durante workshop da BM&FBOVESPA e Banco Mundial*. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/noticias/2011/Pesquisa-da-ENEF-revela-que-educacao-financeira-faz-diferenca-na-vida-dos-jovens-2011-05-09.aspx?tipoNoticia=1&idioma=pt-br#>> Acesso em: 09 abr. 2013.

CPT - Centro de Produções Técnicas. (2013). *Educação Financeira e empreendedorismo nas escolas*. Disponível em: <<http://www.cpt.com.br/artigos/educacao-financeira-e-empreendedorismo-nas-escolas>> Acesso em: 14 abr. 2013.

CERBASI, Gustavo. *Casais inteligentes enriquecem juntos*. São Paulo: Gente, 2004.

CLAUDINO, Lucas Paravizo *et al.* (2009). *Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos*. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2012

DOMINGOS, Reinaldo. *Terapia Financeira*. São Paulo: DSOP Educação Financeira, 2011

FORTUNA, Eduardo. *Mercado Financeiro: produtos e serviços*. 17. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

GITMAN, Lawrence J., MADURA, Jeff. *Administração Financeira: uma abordagem gerencial*. São Paulo: Pearson, 2005.

_____. *Princípios de Administração Financeira*. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

GODINHO, Daniela. *Inteligência financeira: faça mais com menos*. São Paulo: Scortecci, 2009.

GOY, Leonardo, PARIZ, Tiago da. *Governo anuncia desonerações e incentivos ao crédito*. 2011. Revista Exame. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/governo-anuncia-desoneracoes-e-incentivos-ao-credito--3?page=1>> Acesso em: 07 mai. 2013.

GREMAUD, Amaury Patrick, VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de, JÚNIOR, Rudinei Toneto. *Economia brasileira contemporânea*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOJI, Masakazu. *Administração financeira e orçamentária: matemática aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. *Administração Financeira na Prática: Guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Investimentos. Renda Fixa. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/investimentos/renda-fixa>> Acesso em 07 mai. 2013

KOTLER, Philip. *Marketing Essencial: conceitos, estratégias e casos*. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. *Economia Brasileira: Fundamentos e Atualidade*. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2005.

LUCCI, Cintia Retz, et al. (2006) *A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimentos dos indivíduos*. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf> Acesso em: 10 nov. 2012

MANKIW, N. Gregory. *Macroeconomia*. Trad. e ver. téc. Teresa Cristina Padilha de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

MARTELLO, Alexandro. *Juros bancários de pessoa física são os menores em 18 anos, revela BC*. 2012. G1. Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/09/juros-bancarios-de-pessoa-fisica-sao-os-menores-em-18-anos-revela-bc.html>> Acesso em: 07 mai. 2013.

MARTINS, José Pio. *Educação Financeira ao alcance de todos*. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Excelência na administração estratégica: a competitividade para administrar o futuro das empresas: com depoimentos de executivos*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Maurício. *Aposentado ainda jovem e com dinheiro*. Como escolher um plano de previdência privada e calcular os valores das contribuições mensais e da renda vitalícia. 2001. Veja. Disponível em:

<http://veja.abril.com.br/especiais/investimento/p_040.html> Acesso em: 14 mai. 2013.

PAIVA, Leonardo Carlo Biggi de. *Taxa Selic*. (2010) Info Escola. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/economia/taxa-selic/>> Acesso em: 16. Mai. 2013

REVISTA VEJA. *Números*. n. 36, p. 66, set. 2012.

RODRIGUES, Azelma. *Teto da aposentadoria do INSS é reajustado em 6,15%*. 2013. *Econômico Valor*. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2963076/teto-da-aposentadoria-do-inss-e-reajustado-em-615-07/05/2013>> Acesso em: 07 mai. 2013.

SAVOIA, José Roberto Ferreira, et al. (2007). *Paradigmas da educação financeira no Brasil*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n6/06.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2012

SANTANA, Ana Lucia. *Imposto de Renda*. (2013) Info Escola. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/economia/imposto-de-renda/>> Acesso em: 15 jun. 2013

SEGALLA, Amauri; PEREZ Fabíola. (2012) *Como os brasileiros gastam Revista Isto É*. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/195047_COMO+OS+BRASILEIROS+GASTAM> Acesso em: 10 mar. 2013.

SPC BRASIL. Serviço de Proteção ao Crédito. (2013) . *85% dos brasileiros faz compras por impulso, revela pesquisa do SPC SPC Brasil*. Disponível em: <<http://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticia/110-85dosbrasileirosfazcomprasporimpulsorevelapesquisadospc>> Acesso em: 20 mar. 2013

TOLEDO, Elaine. *Saiba mais para gastar menos: aprenda a desenvolver sua inteligência financeira*. 2 ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel Enriquez. *Fundamentos de Economia*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VIDA E DINHEIRO. (2013). Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/Enef/Default.aspx>> Acesso em: 09 mai. 2013

_____. (2013). Disponível em : <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/Imagens/Plano%20Diretor%20ENEF.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2013

WESSELS, Walter J.. *Economia*. São Paulo: Saraiva, 1998.

